

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº635

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
PARA O EXERCICIO DE 1993.

EZEQUIEL CECILIANO TEIXEIRA GARCIA, Prefeito Municipal de Angelina,
faz saber a todos os habitantes do municipio, que a Camara de Vereado
res aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1§ - O Orçamento da Prefeitura Municipal de Angelina para o exer
cício de 1993, estima a Receita e fixa a Despesa em cr\$
39.000.000.000,00 (trinta e nove bilhões de cruzeiros).

Art. 2§ - A Receita ser realizada mediante a arrecadação de Tributos,
Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da
legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1. -RECEITAS CORRENTES-z	cr\$ 32.415.000.000,00
-1.1 Receita Tributaria	cr\$ 1.127.000.000,00
1.2 Receita Patrimonial	cr\$ 100.000.000,00
1.3 Receita Agropecuaria	cr\$ 85.000.000,00
1.4 Receita de Serviços	cr\$ 93.000.000,00
1.5 Transferencias Correntes	cr\$ 30.993.000.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	cr\$ 17.000.000,00
2. - RECEITAS DE CAPITAL-	cr\$ 6.585.000.000,00
- 2.1 Operações de Crédito	cr\$ 2.500.000.000,00
2.2 Alienação de Bens	cr\$ 30.000.000,00
2.3 Transferencias de Capital	cr\$ 4.045.000.000,00
2.4 Outras Receitas de Capital	cr\$ 10.000.000,00

T O T A L CR\$ 39.000.000.000,00

Art. 3§ - A Despesa ser realizada em conformidade com os anexos inte
grantes desta Lei, por órgãos, funções, programas, sub-pro
gramas, projetos, atividades e elementos de despesa, distri
buidos da seguinte maneira:

1. -DESPESAS POR ORGAOS	
01 - Camara de Vereadores	cr\$ 1.414.000.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	cr\$ 1.957.000.000,00
03 - Depto Administ.Finanças	cr\$ 2.491.000.000,00
04 - Depto Educ.Saude Assist.Soc. Cultural e Esportes	cr\$ 11.565.000.000,00
05 - Depto Transp.Obras Serv.Pub	cr\$ 14.556.000.000,00
06 - Depto Agric.Meio Amb. Ind. Comércio e Turismo	cr\$ 3.630.000.000,00
07 - Encargos Gerais	cr\$ 2.935.000.000,00
08 - Reserva de Contingência	cr\$ 452.000.000,00

T O T A L CR\$ 39.000.000.000,00

2. -DESPESAS POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	cr\$ 1.414.000.000,00
03 - Administrativo	cr\$ 6.248.000.000,00
04 - Agricultura	cr\$ 3.630.000.000,00
05 - Comunicações	cr\$ 35.000.000,00
07 - Desenvolvimento Regional	cr\$ 285.000.000,00
08 - Educação e Cultura	cr\$ 8.125.000.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	cr\$ 1.821.000.000,00
13 - Saúde e Saneamento	cr\$ 2.840.000.000,00
15 - Assistência Previdêcia	cr\$ 1.450.000.000,00
16 - Transportes	cr\$ 12.700.000.000,00
99 - Reserva de Contingência	cr\$ 452.000.000,00

T O T A L CR\$ 39.000.000.000,00

3. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	cr\$ 27.052.000.000,00
Despesas de Custeio	cr\$ 24.838.000.000,00
Pessoal	cr\$ 13.815.000.000,00
Material de Consumo	cr\$ 6.738.000.000,00
Serviços Terceiros e Encargos	cr\$ 4.235.000.000,00
Diversas Despesas de Custeio	cr\$ 50.000.000,00
Transferências Correntes	cr\$ 2.214.000.000,00
Transf. a Instituições Priv.	cr\$ 296.000.000,00
Transferências a Pessoas	cr\$ 668.000.000,00
Encargos da Dívida Interna	cr\$ 1.100.000.000,00
Cont.Form.Pat.Serv.Pub-PASEP	cr\$ 150.000.000,00

DESPESAS DE CAPITAL	cr\$ 11.496.000.000,00
Investimentos	cr\$ 10.701.000.000,00
Obras e Instalações	cr\$ 6.895.000.000,00
Equipamentos Mat. Permanente	cr\$ 3.806.000.000,00
Inversões Financeiras	cr\$ 95.000.000,00
Aquisição de Imóveis	cr\$ 15.000.000,00
Aquisição Mat.p/ Revenda	cr\$ 80.000.000,00
Transferências de Capital	cr\$ 700.000.000,00
Amortização da Dívida Interna	cr\$ 700.000.000,00
Reserva de Contingência	cr\$ 452.000.000,00

T O T A L cr\$ 39.000.000.000,00

Art. 4§ - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a complementar por ato do Executivo Municipal, as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária.

Art. 5§ - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 7§ da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, at, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei.

Art. 6§ - Esta o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Estadual e Federal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 7§ - A presente Lei vigorar durante o exercício de 1993, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 27 de novembro de 1992.

EZEQUIEL CECILIANO TEIXEIRA GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL